

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.495 - RS (2019/0302976-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : BANCO SANTANDER S/A
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019
JANAINÉ LONGHI CASTALDELLO - RS083261
RECORRIDO : PAULO ADILSON PEREIRA FERREIRA
ADVOGADOS : MAURICIO COZZA GONÇALVES - RS034055
Eduardo de Lima Fuhrmann - RS099957

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DO MERCADO. REFERÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. TAXA ANUAL SUPERIOR AO DUODECUPLO DA MENSAL. CONTRATAÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), a teor do disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos.

2. Esse abusividade não decorre do simples fato da taxa cobrada ser um pouco acima da média de mercado. Isso porque a taxa média de mercado não é um limitador, mas mero referencial. Precedentes.

3. A eg. Segunda Seção, ao julgar o REsp 973.827/RS nos moldes da Lei dos Recursos Repetitivos, decidiu ser permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada. A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

4. Recurso especial conhecido em parte e provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO SANTANDER S/A,

com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. TARIFAS RELATIVAS A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. PEDIDO GENÉRICO.

- O pedido formulado, tanto na peça vestibular como na apelação, deve ser certo e determinando, a fim de que possa ser analisado pelo juízo competente.

- Deixa-se conhecer do ponto concernente as tarifas de concessão do financiamento, porque o pedido é genérico, sem especificação da incidência e abusividade.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

- O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3º, § 2º, CDC). Súmula 297, STJ.

LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS. POSSIBILIDADE.

- Consoante entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, os descontos em folha de pagamento/conta-corrente devem obedecer ao patamar de 30% sobre a remuneração líquida do consumidor, ante a natureza alimentar da verba. A limitação tem como finalidade a garantia do mínimo existencial e atendimento ao princípio norteador de todo o ordenamento jurídico, qual seja, a dignidade da pessoa humana.

JUROS REMUNERATÓRIOS - A limitação dos juros remuneratórios nos contratos submetidos ao Sistema Financeiro Nacional depende da comprovação da abusividade, verificada caso a caso a partir da taxa média de mercado registrada pelo BACEN à época da contratação e conforme a natureza do crédito alcançado, não se caracterizando somente pelo fato da pactuação ser em percentual superior a 12% ao ano.

- Verificado que os encargos praticados no contrato de financiamento nº 320000198570 ultrapassam a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, cabível a sua limitação ao percentual registrado no período.

- Por outro lado, constatado que os encargos praticados no contrato de financiamento nº 86000008190 encontram-se em consonância com a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, inviável a revisão pretendida.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

- De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência da capitalização nos contratos de mútuo, em qualquer periodicidade, somente é admitida quando pactuada de forma expressa. REsp Repetitivo nº 1.388.972/SC.

- Com pactuação expressa no contrato nº 86000008190, cabível a incidência do encargo.

- Por outro lado, inexistindo previsão da capitalização de juros no contrato nº 320000198570, deve ser afastada sua cobrança.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

- É admitida a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, a qual exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. Súmulas nº 294, 296 e 472 do Superior Tribunal de Justiça.

- Ausente qualquer previsão da aludida rubrica e não havendo manifestação do réu acerca de sua incidência, resta configurada a abusividade do encargo.

LEGALIDADE DO 10F.

- Não é ilegal a inclusão do imposto nas parcelas do mútuo, o qual já foi recolhido pela instituição financeira. Entendimento firmado pelo STJ, REsp nº 1251331.

REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

- Na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento.

APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDA.

Opostos embargos de declaração, seu julgamento foi assim sintetizado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS APLICADAS. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART 1.022 DO CPC. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

1. O recurso de embargos de declaração constitui-se em eficaz instrumento para o controle de qualidade do trabalho judicante, facultando ao julgador a correção de eventuais omissões, contradições ou obscuridades que comprometam o entendimento ou a completude da sua decisão. Por isso mesmo preconiza Pontes de Miranda que "os juízes e tribunais devem atender, com largueza, aos pedidos de declaração", complementando o STF, com destaque, que estes "consubstanciam verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal." 2. Os embargos de declaração, contudo, só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

3. Constatada a existência de erro material nas taxas de juros aplicadas, imperiosa sua correção, o que, contudo, não altera o resultado do julgamento.

4. Não configuradas as hipóteses do art. 1.022 do CPC, uma vez que inexistentes vícios quanto a comissão de permanência e a capitalização de juros.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 4º, IX, da Lei 4.595/64 e 5º da Medida Provisória de nº 2.170-36/2001.

Sustenta (a) não dever serem limitadas as prestações de empréstimos a serem descontadas em conta corrente; (b) dever ser respeitada a incidência de juros remuneratórios conforme contratado, pois o fato de ser um pouco acima da taxa média do mercado não determina abusividade; (c) inexistir abusividade de capitalização mensal de juros por ter sido devidamente pactuada; (d) não descaracterizar a mora quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual, somente os encargos declarados abusivos no período da normalidade contratual.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 256.

Submetido o aresto recorrido a reexame de matéria repetitiva, assim foi sintetizada tal apreciação:

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. DUODÉCUPLO DAS TAXAS MENSAIS. OVERRULING.

1. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência da capitalização nos contratos de mútuo, em qualquer periodicidade, somente é admitida quando pactuada de forma expressa.

2. O julgamento operado no igual Recurso Especial Repetitivo nº 1.388.972/SC superou aquele outrora proferido no REsp. nº 973.827/RS, técnica denominada de overruling no sistema de precedentes vinculantes, de modo que não mais se admite a capitalização ficta ou presumida, mas apenas aquela expressa e literalmente pactuada.

3. Considerando que o resultado do julgamento encontra-se em consonância com a orientação cronologicamente posterior emanada pelo Superior Tribunal de Justiça, outra solução não resta senão a sua manutenção.

ACÓRDÃO MANTIDO NO PONTO, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 282-289).

É o relatório.

DECIDO.

2. No tocante à alegação de ocorrência de dissídio jurisprudencial relacionado a desconto de prestação em conta corrente e descaracterização da mora, o recurso especial não merece conhecimento, uma vez que a recorrente limitou-se a indicar precedentes paradigmas sem, contudo, indicar qual dispositivo legal teria recebido interpretação divergente.

Todavia, o recurso especial fundamentado no permissivo constitucional da alínea "c" requisita, em qualquer caso, tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

Nesse passo, tem-se que a ausência de particularização do dispositivo de lei

federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - teriam dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atraindo, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), a teor do disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período, o que não ocorreu no caso dos autos.

No mesmo sentido, vale destacar os seguintes julgados desta Corte: AgRg no REsp 782.895/SC, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 19.06.2008, DJ de 01.07.2008; AgRg no Ag 951.090/DF, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 12.02.2008, DJ de 25.02.2008; AgRg no REsp 878.911/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, julgado em 20.09.2007, DJ de 08.10.2007.

Esse posicionamento foi confirmado no julgamento do Resp n. 1.061.530 de 22.10.2008, afetado à Segunda Seção de acordo com o procedimento da Lei dos Recursos Repetitivos (Lei 11.672/08), sob a relatoria da Ministra Nancy Andrighi.

Ademais, foi editada a Súmula 382/STJ: "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade."

De acordo com os precedentes deste Tribunal Superior, a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente, por si só, o fato de a estipulação ultrapassar a taxa média de mercado. A taxa média de mercado é um referencial, e não um limite.

Confira:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COBRANÇA ABUSIVA. LIMITAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. REQUISITOS PREENCHIDOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. PRECEDENTES. JUROS DE MORA. PERCENTUAL CONTRATADO EM 1% AO MÊS. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RAZOABILIDADE DA FIXAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É entendimento consolidado no STJ que a circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras. Na hipótese, não comprovada a índole abusiva, é incabível a pretendida limitação.

Precedentes.

2. (...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 797.118/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 07/04/2017)

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE DA TAXA CONTRATADA EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO ATESTADA PELA CORTE LOCAL. MODIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É inviável a aplicação da taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato na hipótese em que a Corte local tenha considerado demonstrada sua abusividade em relação à taxa média do mercado.

Incidência da Súmula nº 7 do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 792.114/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. PROVA ESCRITA. SÚMULA 247/STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA 382/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE ENCARGOS ABUSIVOS NO PERÍODO DA NORMALIDADE.MORA CARACTERIZADA.

1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, o que afasta a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. A tese defendida no recurso especial demanda o reexame do conjunto fático e probatório dos autos, vedado pelo enunciado 7 da Súmula do STJ.

3. "O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória" (Súmula 247/STJ).

4. "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só não indica abusividade" (Súmula 382/STJ). **O simples fato de a taxa efetiva cobrada no contrato estar pouco acima da taxa média de mercado não significa, por si só, abuso.**

5. A capitalização de juros é admissível em período inferior a um ano nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-36/2001, e desde que expressamente pactuada.

6. A cobrança do crédito com acréscimos indevidos, no período de normalidade contratual, não tem o condão de constituir o devedor em mora, porque dificultado o pagamento, causando a impontualidade da qual ainda se beneficiaria com a aplicação da cláusula penal (EResp 163.884/RS, Rel. p/ acórdão Ministro Ruy Rosado de Aguiar, por maioria, DJU de 24.9.2001; Resp repetitivo 1.061.530/RS (2ª Seção, Rel. Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJe de 10.3.2009).

7. No caso dos autos, os encargos discutidos em Juízo para o período da adimplência são regulares, resultando que a cobrança, sob esse aspecto, faz-se sobre valores realmente devidos, não havendo motivo para afastar tais consectários, que também estão harmônicos com os parâmetros admitidos pelo STJ.

8. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 559.202/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 16/03/2016)

Na espécie, no que se refere aos juros remuneratórios, constou a seguinte explicação no aresto recorrido:

Outrossim, registra-se que, inobstante não se desconheça de entendimento em sentido contrário, a posição majoritária desta Câmara, no exame da abusividade, é a da impossibilidade de existência de "margem de tolerância" entre os referidos parâmetros, bastando que, para tanto, as taxas estipuladas nos contratos revisandos extrapolem a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central.

Dito isso é que, no presente caso, em consulta as ferramentas disponibilizadas pelo BACEN, verifica-se que os encargos praticados no contrato de financiamento nº 320000198570 (1,99% a.m. e 26,68% a.a. - fls. 23 e 66V) excedem a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central (1,72% a.m. e 22,74% a.a. - janeiro/2014, para a modalidade "aquisição de veículo") sendo, portanto, abusivos os juros, que deverão ser revistos.

Por outro lado, constata-se que os encargos praticados no contrato de financiamento nº 86000008190 (1,93% a.m. e 25,78% a.a. - fl. 25) encontram-se em consonância com a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central (3,27% a.m. e 47,06% a.a. - janeiro/2016, para a modalidade "crédito pessoal" não consignado vinculado à composição de dívidas"), sendo, portanto, inviável a revisão pretendida.

Desse modo, no ponto, vai provido em parte o recurso do autor, para limitar os juros remuneratórios do contrato de financiamento nº 320000198570 a taxa média de mercado, considerando a natureza do contrato e a época da contratação. (fls. 190-191 e-STJ)

Conforme se verifica o tribunal entendeu que fato de a taxa de juros remuneratórios contratada ultrapassar a taxa média de juros apurada pelo Banco Central era suficiente para concluir pela abusividade, sem avaliar efetivamente a ocorrência de desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos. Além do mais, importante observar que no

caso há contratos presentes nos autos que permitiu identificar precisamente as taxas mensais e anuais cobradas, de forma que a utilização da taxa média de juros remuneratórios não pode ser utilizada como critério limitador.

Assim, o recurso merece provimento nesse ponto.

4. Sobre a capitalização mensal de juros, a eg. Segunda Seção, ao julgar o REsp 973.827/RS nos moldes da Lei dos Recursos Repetitivos, decidiu ser permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada. A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

No caso, acerca da capitalização dos juros, cabe destacar do acórdão recorrido:

Desse modo, primando pela proteção ao consumidor, não se admite que a simples demonstração da existência de taxas anual e mensal distintas possa ser traduzida como contratação implícita aos fins de autorizar a incidência de capitalização de juros.

No presente caso, então, diante da pactuação expressa do referido encargo no contrato de financiamento nº 86000008190 (item 5.1, fl. 67V), resta viável a sua cobrança.

Por outro lado, no que tange contrato nº 320000198570, inexistindo previsão da capitalização de juros, tendo em vista que o banco réu se limitou a acostar aos autos o "extrato parcelado" da dívida, no qual consta apenas a pactuação dos juros remuneratórios, moratórios e multa contratual (fl. 71), deve ser afastada sua incidência.

Desse modo, vai provido em parte o recurso do autor ao efeito de afastar a capitalização de juros no contrato nº 320000198570. (fl. 193 e-STJ)

Apesar de o tribunal afirmar que não houve expressa pactuação da capitalização mensal de juros no contrato nº 320000198570, ao tratar sobre a limitação de juros remuneratórios afirmou que os encargos praticados no contrato de financiamento nº 320000198570 era de 1,99% a.m. e 26,68% a.a.. Ou seja, havia previsão contratual de que a taxa anual dos juros remuneratórios era mais do que 12 vezes superior a taxa mensal, o que, de acordo com o entendimento desta Corte, é suficiente para caracterizar a contratação da capitalização mensal de juros.

6. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e dou-lhe provimento para afastar a limitação dos juros remuneratórios a taxa média apurada pelo Banco Central e permitir a capitalização mensal de juros.

Ficam invertidos os ônus sucumbenciais fixados no aresto recorrido.

Intimem-se. Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator